



Presidente da Corte, Edson Fachin tira oficial do Exército da comissão de fiscalização do sistema eleitoral por compartilhar inverdades, e nega ao Ministério da Defesa acesso a dados dos pleitos de 2014 e 2018

TSE afasta coronel e diz não aos militares

» LUANA PATRIOLINO

O Tribunal Superior Eleitoral tomou, ontem, duas decisões que tem tudo para aumentar a tensão entre a Corte e os militares. Na primeira, o presidente do TSE, ministro Edson Fachin, tirou o coronel do Exército Ricardo Sant'Anna da Comissão de Fiscalização do Sistema Eletrônico de Votação por conta da divulgação que ele fez, nas redes sociais, de mentiras sobre as urnas eletrônicas. Na segunda, o tribunal negou o pedido das Forças Armadas para acessar arquivos de eleições passadas — Fachin disse que não cabe às entidades fiscalizadoras a análise de pleitos anteriores.

No caso do coronel, o ministro encaminhou um ofício ao ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira, comunicando a decisão e a pasta deve anunciar em breve outro nome para o lugar de Sant'Anna.

"Conforme apuração da imprensa, mensagens compartilhadas pelo coronel foram rotuladas como falsas e se prestaram a fazer militância contra as mesmas urnas eletrônicas que, na qualidade de técnico, este solicitou credenciamento junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para fiscalizar", salientou Fachin. O documento destituindo Sant'Anna é assinado, também, pelo vice-presidente do TSE, ministro Alexandre de Moraes, que vai assumir o comando da Corte no dia 16.

Fachin observa no ofício em que afasta o coronel que "quanto partidos e agentes políticos tenham o direito de atuar como fiscais, a posição de avaliador da conformidade de sistemas e equipamentos não deve ser ocupada por aqueles que negam prima facie (à primeira vista) o sistema eleitoral brasileiro e circulam desinformação a seu respeito. Tais condutas, para além de sofrer reprimendas normativas,

têm sido coibidas pelo TSE através de reiterados precedentes jurisprudenciais".

O Ministério da Defesa justificou-se dizendo que o trabalho na comissão é técnico e "realizado de forma coletiva por seus integrantes, além de ser estritamente institucional". "Sobre o uso de mídias sociais, os militares ficam sujeitos à regulação das Forças. Já no fim de semana passado, o Exército havia decidido selecionar um novo integrante para a equipe em substituição ao atual. Assim que a seleção estiver concluída, o TSE será informado a respeito", afirmou a pasta, por meio de nota.

Prazo expirado

No caso da negativa do tribunal ao acesso de arquivos de eleições passadas, Fachin respondeu a um ofício, remetido pela Defesa, em junho, na qual é solicitada uma série de documentos relacionados às eleições de 2014 e 2018. Segundo o presidente da Corte, "não possuem poderes de análise e fiscalização de eleições passadas, não lhes cumprindo papel de controle externo do TSE".

Na resposta, o tribunal mostra, ainda, que o acesso aos dados dos pleitos anteriores expirou há muito tempo. No caso da eleição de 2014, o pedido deveria ter sido feito até 13 de janeiro de 2015. Em relação a 2018, até 17 de janeiro de 2019.

Os militares pediram os arquivos das duas votações porque Jair Bolsonaro (PL) acusa, sem provas, que houve fraudes. O presidente sustenta que, em 2018, a chapa dele teria ganhado o candidato do PT, Fernando Haddad, no primeiro turno. Ele também levantou desconfiças sobre a reeleição da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2014 — na época, o PSDB contestou a vitória da petista, mas não conseguiu provar qualquer irregularidade.

Reunião e recados aos bolsonaristas

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Edson Fachin, recebeu, ontem, um grupo de 12 advogados apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (PL) para falar sobre a defesa da democracia e do sistema de votação brasileiro. No encontro, o ministro mandou uma série de recados aos que atacam o processo de votação.

Fachin começou deixando claro ao grupo que "pseudoafirmações de fraude" não vão prejudicar o pleito. "A Justiça Eleitoral, nesse panorama, atuará de modo firme a evitar que as pseudoafirmações de fraude comprometam a paz e a segurança das pessoas e arrisquem a eficácia da escolha popular", afirmou.

Ele declarou que "a retórica incendiária baseada em desinformação viola o direito e produz efeitos sociais extremamente nocivos, semeando a conflituosidade, colocando instituições e pessoas em rota de colisão, e atraindo a perspectiva de viola o direito e produz efeitos sociais extremamente nocivos, semeando a conflituosidade,

colocando instituições e pessoas em rota de colisão, e atraindo a perspectiva de violência em diversos níveis".

Os advogados bolsonaristas solicitaram a reunião com Fachin depois de saberem que o ministro se reuniu, no mês passado, com juristas do grupo Prerrogativas — apoiador do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). À época, o presidente do TSE afirmou que a Justiça "não tolerará violência" durante o processo eleitoral deste ano.

Aos bolsonaristas, o ministro voltou a destacar o risco de cenário de convulsão no período eleitoral. "É preciso assinalar que a retórica incendiária, baseada em desinformação, viola o direito e produz efeitos sociais extremamente nocivos, semeando a conflituosidade, colocando instituições e pessoas em rota de colisão, e atraindo a perspectiva de violência em diversos níveis", destacou.

Os advogados bolsonaristas disseram a Fachin que confiam no processo eleitoral, mas pediram "maior diálogo" em relação a temas

Sant'Anna compartilhava mentiras sobre as urnas — e foi fiscalizá-las

Reprodução/Redes sociais

Afastado da comissão militar de fiscalização das urnas eletrônicas, o coronel Ricardo Sant'Anna é formado em Engenharia de Telecomunicações pelo Instituto Militar de Engenharia (IME) e especialista em defesa a ataques cibernéticos. No espectro político, ele é um crítico feroz do PT e reproduz o discurso do presidente Jair Bolsonaro (PL) sobre a falsa inconfiabilidade do sistema de votação.

Sant'Anna é chefe da Divisão de Sistemas de Segurança e Cibernética da Informação no Exército, de acordo com seu perfil no LinkedIn — rede social voltada para relacionamentos profissionais. Segundo o currículo do coronel na plataforma Lattes, ele possui mestrado em Engenharia Elétrica e doutorado em machine learning aplicado à análise de malware, ambos pelo IME. Também tem uma especialização em andamento sobre criptografia e segurança de redes pela Universidade Federal Fluminense (UFF). O coronel é especialista, ainda, em linguagens de programação, processamento de voz e arquitetura de sistemas.

O ministro Edson Fachin enviou ofício ao ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira, comunicando o descredenciamento de Sant'Anna como representante da pasta na fiscalização das eleições. O

magistrado argumentou ser imprescindível a "isenção dos que se arvoram como fiscalizadores".

Mesmo depois de ter assumido a função de ser um dos fiscais designados pela Defesa, o coronel usava seus perfis nas redes sociais para disseminar desinformação sobre as urnas e desacreditar a segurança do sistema eletrônico. Depois que foi divulgada sua dupla atuação, a conta do militar foi excluída da plataforma onde ele fazia as publicações.

Em uma das postagens, Sant'Anna comparou a segurança dos dispositivos eletrônicos de votação — que vêm sendo usados e aperfeiçoados desde 1995, sem que desde então haja qualquer denúncia de fraude ou de que tenha havido alguma violação bem sucedida ao sistema — com uma loteria e ainda escreveu que "nenhum país desenvolvido" adotou a urna eletrônica. Isso, porém, é mentira: além do Brasil, França e Estados Unidos, entre outros países, utilizam o equipamento. O processo eleitoral brasileiro, por sinal, é reconhecido internacionalmente como um dos mais seguros e confiáveis do mundo.

O coronel também costumava compartilhar publicações de páginas bolsonaristas e fazer críticas contundentes ao PT. Em uma publicação compartilhada por Sant'Anna, a frase em



destaque é "Votar no PT é exercer o direito de ser idiota".

Contudo, o documento encaminhado por Fachin à Defesa não foca na questão política, mas somente no fato de o militar compartilhar em suas redes sociais mentiras sobre as urnas. "A posição de avaliador da conformidade de

sistemas e equipamentos não deve ser ocupada por aqueles que negam prima facie o sistema eleitoral brasileiro e circulam desinformação a seu respeito. Tais condutas (...) têm sido coibidas pelo TSE através de reiterados precedentes jurisprudenciais", diz a determinação do presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

Documentos

Os militares vêm solicitando uma série de documentos ao TSE, demonstrando estreito alinhamento com as suspeitas sem constatação levantadas por Bolsonaro. E tem cometido vários equívocos, que demonstram desconhecimento do processo

eleitoral e do funcionamento das urnas eletrônicas.

Em um dos mais recentes, as Forças Armadas pediram a base de dados dos boletins de urna das eleições de 2014 e 2018. Em resposta, o tribunal repassou um link do Portal de Dados Abertos do TSE, onde as informações estão disponíveis.

Na semana passada, o ministro da Defesa remeteu um ofício ao TSE com o carimbo de "urgentíssimo" pedindo acesso ao código-fonte das urnas eletrônicas. Tais dados, porém, estão disponibilizados desde outubro de 2021 para as entidades fiscalizadoras.

Os militares foram chamados pelo próprio TSE, em 2021,

pelo então presidente da Corte, ministro Luís Roberto Barroso, para participar de discussões sobre as eleições. O gesto foi visto como um distensionamento dentro o tribunal e os militares, e uma forma de tentar amenizar os frequentes ataques que Bolsonaro faz ao processo eleitoral.

Antonio Augusto/Secom/TSE



A Justiça Eleitoral, nesse panorama, atuará de modo firme a evitar que as pseudoafirmações de fraude comprometam a paz e a segurança das pessoas e arrisquem a eficácia da escolha popular

Ministro Edson Fachin, no encontro com advogados bolsonaristas

como as urnas eletrônicas. Em nota, o grupo manifestou apoiar à reeleição de Bolsonaro e defendeu o direito de "criticar e questionar" o processo eleitoral sem serem tachados de "negacionistas eleitorais", "fascistas" ou "antidemocráticos".

"Criticar e duvidar faz parte da essência humana e não pode a manifestação da dúvida e da crítica ser criminalizada como crime de opinião", defenderam.

Por meio de nota, o grupo tenta atribuir as incertezas sobre o processo eleitoral a um receio que atribuem a um percentual expressivo de eleitores. "A dúvida de boa parte da população brasileira é quanto à tecnologia aplicada a essas urnas eletrônicas, e essas dúvidas e críticas não podem ser criminalizadas, censuradas ou simplesmente abolidas como se fossem algo abjeto", salientam. (LP)